

27º Exame de Ordem - 1ª fase - 2005

Deontologia Jurídica

1. Um Advogado, regularmente inscrito na OAB-RJ e que está exercendo a advocacia, vem a ser empossado no cargo de Secretário de Estado da Educação, do Estado do Rio de Janeiro.

Pergunta-se: Como fica a situação daquele Advogado junto à OAB-RJ e quanto ao exercício da advocacia?

- (a) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia normalmente, sem qualquer restrição
- (b) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia, ficando porém impedido de advogar contra a Fazenda Pública que o remunera
- (c) Será licenciado pela OAB-RJ e, conseqüentemente, não poderá exercer a advocacia durante o tempo em que for Secretário de Educação
- (d) Terá sua inscrição na OAB-RJ cancelada e, conseqüentemente, não poderá mais exercer a advocacia, salvo se fizer nova inscrição na OAB

2. Numa Audiência de Instrução e Julgamento na 19ª Vara Cível do Rio de Janeiro, quando fazia a sustentação oral, o Advogado do Réu injuriou e difamou o Juiz que a presidia.

Pergunta-se: O que pode fazer aquele Juiz por tal comportamento do Advogado do Réu?

- (a) Apenas advertir o Advogado do Réu para que não mais profira tais ofensas, sob pena de cassar-lhe a palavra e até excluí-lo da Sala de Audiências
- (b) Prender e processar o Advogado do Réu pelo crime de desacato
- (c) Processar o Advogado do Réu pelos crimes de injúria e difamação
- (d) Apenas comunicar o fato à OAB, para que esta processe e puna disciplinarmente o Advogado do Réu, porque o Advogado tem imunidade profissional

3. Estará violando o Código de Ética e Disciplina da OAB o Advogado que:

- (a) Substabelece a um colega, sem reserva de poderes, o mandato outorgado pelo cliente, sem comunicar previamente ao mesmo cliente
- (b) Publica num jornal de grande circulação um pequeno anúncio de sua atividade profissional, mencionando, além de seu nome, número de inscrição na OAB, endereço e especialidade, que é mestre e doutor em direito.
- (c) Sendo Advogado-Empregado de uma empresa, se recusa a ser o preposto dela numa ação trabalhista em que advoga para a mesma empresa.
- (d) Propõe uma ação de prestação de contas contra o cliente que, após o término da causa que patrocinou para ele, recusou-se a dar quitação do mandato

4. Como você classifica o procedimento do Advogado que aceitou patrocinar uma causa cível do autor e, em conluio com o Advogado do réu, não apela da sentença desfavorável ao seu cliente, que transita em julgado:

- (a) Ele praticou uma tergiversação
- (b) Ele cometeu um patrocínio infiel
- (c) Ele cometeu a violação de segredo profissional
- (d) Ele praticou uma lide temerária

5. Para que uma Sociedade de Advogados adquira personalidade jurídica é necessário:

- (a) O registro de seu Estatuto ou Contrato Social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas
- (b) O registro de seu Estatuto ou Contrato Social na Junta Comercial

(c) O registro de seu Estatuto ou Contrato Social na Ordem dos Advogados e no Registro Civil das Pessoas Jurídicas

(d) O registro de seu Estatuto ou Contrato Social apenas na Ordem dos Advogados

6. De acordo com as disposições do Código de Ética e Disciplina da OAB, é permitido ao Advogado:

(a) Estipular os seus honorários em parcelas mensais, representadas por cheques pré-datados

(b) Recusar-se a assumir a defesa de uma pessoa acusada da prática de crime de seqüestro, por considerar o acusado culpado e merecedor da pena máxima

(c) Recusar a nomeação, pelo cliente, de outro Advogado para com ele atuar na mesma causa que vem patrocinando para aquele cliente

(d) Para encerrar o processo (ação cível), fazer um acordo com a parte contrária sem o conhecimento do respectivo Advogado

7. Um Advogado, que nunca fora punido pela OAB (primário), entrega-se ao vício da bebida, mantendo-se constantemente embriagado. É processado e condenado pela OAB.

Pergunta-se: Que punição disciplinar será aplicada àquele Advogado?

(a) Advertência, pela conversão da pena de censura, por ser primário

(b) Censura, simples ou com multa

(c) Suspensão, simples ou com multa

(d) Exclusão

8. O Advogado Mauro Martins, inscrito na OAB-RJ, após ser nomeado e empossado no cargo de Oficial do 9º Ofício do Registro Geral de Imóveis do Rio de Janeiro, continuou funcionando como advogado num processo de inventário em que vinha trabalhando desde o seu início.

Pergunta-se: Como você classifica os atos praticados por Mauro Martins naquele processo, após sua posse como Oficial do 9º RGI?

(a) São atos anuláveis

(b) São atos nulos

(c) São atos válidos, porque a OAB-RJ não promoveu o cancelamento da inscrição de Mauro Martins

(d) São atos válidos, porque não se trata de uma causa contra a Fazenda Pública que remunera Mauro Martins

9. Um Advogado ajustou verbalmente com seu cliente os honorários advocatícios de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para o patrocínio de um processo de inventário. Concluído o trabalho profissional, aquele Advogado não conseguiu receber, amigavelmente, os honorários ajustados.

Pergunta-se: Qual a medida judicial correta para o Advogado receber aqueles honorários?

(a) A Execução por Quantia Certa

(b) A Execução de Honorários no Juizado Especial Cível

(c) A Ação de Cobrança de Honorários, pelo Procedimento Ordinário

(d) A Ação de Cobrança de Honorários, pelo Procedimento Sumário

10. Os Advogados MÁRCIO RIBEIRO, PEDRO XAVIER, MARCELO MEIRELES e FABIANA DE ANDRADE, que exercem a advocacia sem qualquer restrição, resolvem constituir uma Sociedade de Advogados, elaborando e firmando o Contrato Social necessário.

Pergunta-se: Qual a denominação social adequada para aquela sociedade?

(a) XAVIER E MEIRELES Advogados Associados

- (b) PEDRO XAVIER e Advogados Associados Ltda.
- (c) RIBEIRO E MEIRELES Advogados Associados ME Ltda.
- (d) Escritório de Advocacia Terceiro Milênio

Direito Civil

11. A presunção "juris et de jure":

- (a) Admite apenas prova documental
- (b) Não admite prova testemunhal
- (c) Admite prova em contrário
- (d) Não admite prova em contrário

12. Certo comerciante se obriga a fornecer determinados materiais de construção a um empreiteiro, quando as paredes do prédio que este edifica tiverem alcançado determinada altura. Denominamos esta cláusula:

- (a) Condição resolutiva
- (b) Termo certo
- (c) Condição potestativa ilícita
- (d) N.R.A.

13. Risco é o perigo a que está sujeita a coisa, de perecer ou de se deteriorar por caso fortuito ou força maior. Numa obra, se sobrevier acidente motivado pela natureza, que a destrói parcialmente, suportará sozinho o prejuízo:

- (a) Tratando-se de empreitada mista, o empreiteiro, embora este não tenha agido com culpa
- (b) Tratando-se de empreitada mista, o empreiteiro, embora o dono da obra se encontre em mora de recebê-la
- (c) Tratando-se de empreitada de labor, o empreiteiro, embora este não tenha agido com culpa
- (d) Tratando-se de empreitada de labor, o dono da obra, embora o empreiteiro tenha agido com culpa

14. Se a proposta contiver prazo para a resposta e esta, embora expedida dentro do prazo, por circunstância imprevista, chegar tarde ao conhecimento do proponente, o contrato:

- (a) Não se forma, mesmo que o peticitante não dê conhecimento ao oblato de que não houve o aperfeiçoamento do contrato
- (b) Se forma, arcando o proponente com perdas e danos, caso não comunique o ocorrido ao aceitante
- (c) Se forma, devido a teoria acolhida pelo Código Civil no artigo 434
- (d) Se forma, arcando o responsável pelo atraso com perdas e danos

15. Filipe, próspero empresário, é casado há 12 anos pelo regime da comunhão universal de bens com Olympia, dona de casa, tendo com ela um filho, Alexandre, menor impúbere, tendo o casal inúmeras propriedades, móveis e imóveis, inclusive a belíssima cobertura duplex onde residem. Todavia, Filipe mantém um caso extraconjugal há mais de seis anos com Atenas, empresária, casada, mas separada de fato de Macedo, com quem não teve filhos. No curso do seu relacionamento com Atenas, Filipe adquiriu um imóvel, averbado no registro de Imóveis em seu próprio nome, mas que serve de residência a Atenas há quase cinco anos, tendo feito constar na escritura de compra e venda seu estado civil como sendo o de solteiro. Ocorre que Filipe, inesperadamente, veio a falecer, ab intestato.

Pergunta-se: Atenas possui legitimidade para pleitear judicialmente do espólio a meação sobre o imóvel em que reside, com base em uma suposta união estável que manteria com o de cujus?

- (a) Sim, pois a união estável existente justifica tal pretensão, caso em que ela concorreria com o herdeiro necessário do falecido
- (b) Não, pois embora haja união estável, seu direito seria de no máximo 25% sobre o imóvel, pois o regime de bens do falecido faz com que Atenas concorra na herança com a meeira (Olympia) e com o herdeiro necessário (Alexandre)
- (c) Não, pois é impossível caracterizar a relação que havia entre Atenas e Filipe como união estável na forma preconizada pela lei substantiva civil, uma vez que como estava ele impedido de contrair novas núpcias, por já ser casado, a situação entre os amantes constituía, no máximo, um concubinato não more uxório
- (d) Sim, pois como Filipe havia manifestado para diversas pessoas sua intenção de se separar judicialmente de Olympia, Atenas poderia fulcrar sua pretensão com base nas causas suspensivas previstas no inciso 2o do artigo 1.723 do Código Civil vigente

16. Segundo o Código Civil atual, pode-se afirmar, à exceção de:

- (a) A obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor
- (b) A ação negatória de paternidade é imprescritível
- (c) Na venda "ad mensuram" as referências às dimensões do imóvel são meramente enunciativas, não cabendo demanda quanto a uma eventual diferença nas medições
- (d) O condômino em coisa indivisível, ao desejar vender a sua parte no bem, deve, antes de vendê-la a um estranho, dar direito de preferência na aquisição, tanto por tanto, aos demais condôminos

17. Com relação ao contrato de compra e venda, NÃO É CORRETO afirmar:

- (a) É nula a pactuação firmada que deixa ao exclusivo arbítrio de uma das partes a fixação do preço
- (b) É válida a venda de ascendente solteiro a descendente, que obtém o consentimento dos demais descendentes, quando da realização de avença
- (c) Na venda "ad mensuram" as referências às dimensões do imóvel são meramente enunciativas, não cabendo demanda quanto a uma eventual diferença nas medições
- (d) O condômino em coisa indivisível, ao desejar vender a sua parte no bem, deve, antes de vendê-la a um estranho, dar direito de preferência na aquisição, tanto por tanto, aos demais condôminos

18. Conforme dispõe o artigo 544 do Código de Processo Civil, o recurso cabível de decisão do Presidente do Tribunal que inadmite o recurso especial é o agravo de instrumento ao Superior Tribunal de Justiça. Diga, das afirmativas abaixo, qual é INCORRETA.

- (a) Não há necessidade de pagamento de novas custas processuais, sendo necessário, tão-somente, a comprovação do pagamento das custas do recurso especial interposto
- (b) Deve o agravante, no prazo máximo de 3 dias, a contar da data de interposição do agravo, juntar no processo original cópia das razões do agravo, conforme o artigo 526 do Código de Processo Civil
- (c) As peças para a formação do instrumento devem ser autenticadas, podendo ser declaradas autênticas pelo advogado subscritor das razões sob sua responsabilidade pessoal
- (d) A petição de interposição do agravo é dirigida ao Presidente do Tribunal de origem, que abrirá prazo de 10 dias ao agravado, remetendo, após, os autos ao Superior Tribunal de Justiça

Direito Penal

19. O réu está sendo processado por furto (caput do art. 155, do CP) que praticou em 05/03/1998. A denúncia foi recebida em 10/03/2000 e o juiz sentenciou condenando-o a 2 anos de reclusão, em 10/03/2004. Para a hipótese temos:

- (a) Não há que se falar em prescrição

- (b) Prescrição executória
- (c) Prescrição retroativa
- (d) Prescrição superveniente

20. Osteobaldo subtrai de seu pai a quantia de R\$ 65,00, utilizando-se para tanto de uma arma de brinquedo. Diante do fato acima narrado, marque a alternativa INCORRETA:

- (a) Deverá ser concedida a Osteobaldo a escusa absolutória, tendo em vista haver a prática de crime contra o patrimônio contra ascendente
- (b) Osteobaldo praticou o crime de roubo, não devendo haver aplicação da majorante pelo emprego da arma de brinquedo
- (c) Aplica-se no caso em questão a circunstância agravante em se tratando de crime praticado contra ascendente
- (d) O juiz não deverá reconhecer o princípio da insignificância, em virtude do emprego de grave ameaça exercida pelo uso da arma de brinquedo

21. Considerando-se o crime de Aborto no Código Penal Brasileiro, é correto afirmar que:

- (a) O Aborto é permitido somente nos casos em que não haja outra maneira de salvar a vida da gestante
- (b) O Aborto é permitido nos casos em que não haja outra maneira de salvar a vida da gestante ou a gravidez tenha sido resultado de estupro, devendo existir autorização da gestante ou, se incapaz, de seu representante legal
- (c) O Aborto é permitido nos casos em que não haja outra maneira de salvar a vida da gestante ou a gravidez tenha sido resultado de estupro, devendo existir autorização do médico
- (d) O Código Penal Brasileiro somente permite o Aborto nos casos de gravidez resultante de estupro

22. Em matéria de competência na esfera criminal, é INCORRETO afirmar:

- (a) A incompetência pertinente a crimes dolosos contra a vida, crimes militares e crimes eleitorais é absoluta e improrrogável
- (b) Em relação à Justiça Federal, a competência da Justiça Estadual é remanescente ou residual
- (c) Competência de foro e competência de juízo têm o mesmo significado e são absolutas
- (d) O STF já externou entendimento de estar a competência de foro sujeita a preclusão temporal, embora possa o juiz declara-la de ofício

23. Antonio, desafeto de Adolfo, por motivo desprezível, dispara contra este e foge. Adolfo morre, sem deixar qualquer sucessor, logo após ser atingido pelo disparo feito por Antonio. João, que passava pelo local, aproxima-se de Adolfo e retira deste o relógio Rolex, a pulseira de ouro e R\$ 1.000,00 que estavam na carteira do falecido. Considerando os fatos acima, assinale a alternativa correta.

- (a) Antonio comete o crime de homicídio qualificado por motivo torpe, na forma consumada, e João não pratica qualquer crime
- (b) Antonio comete o crime de homicídio qualificado por motivo torpe, na forma consumada, e João, o crime de furto consumado
- (c) Antonio comete o crime de homicídio qualificado por motivo torpe, na forma consumada, e João, o de furto de cadáver
- (d) Antonio comete o crime de homicídio qualificado por motivo torpe, na forma consumada, e João, o de vilipêndio a cadáver

24. Mário foi denunciado perante a 45ª Vara Criminal do Rio de Janeiro. A peça foi recebida pelo juiz titular, que realizou o interrogatório do réu, presidindo a fase instrutória do processo. Encerrada a instrução do feito, foi prolatada sentença condenatória pelo juiz substituto daquela Vara. De acordo com a lei processual penal, assinale a opção CORRETA:

- (a) A sentença é nula, porque foi prolatada por juiz que não presidiu a instrução do feito, em desacordo com o princípio da identidade física do juiz
- (b) A sentença é nula, porque viola o princípio do juiz natural
- (c) A sentença é nula, porque ao juiz substituto é vedada a prolação de decisão definitiva ou terminativa

(d) Não há nulidade na sentença, porque não se faz exigível a identidade física do juiz

25. Poderá um homem ser sujeito passivo do crime de atentado violento ao pudor mediante fraude?

- (a) Não, somente mulher honesta
- (b) Sim, o novo tipo penal do art. 216 do Código Penal autoriza esse entendimento
- (c) Dependerá de sua sexualidade
- (d) Sim, o sujeito passivo pode ser homem ou mulher, desde que honesto(a)

26. Tício, conhecido rufião, intermedeia junto a Mélvio, contratação de 04 (quatro) garotos de programa para atender sexualmente seu melhor cliente na Europa. Para isso, promove a saída dos mesmos do Brasil, pagando suas passagens de avião. Pergunta-se:

- (a) Tício não praticou nenhum crime previsto na Lei Penal Brasileira
- (b) Tício praticou o crime tipificado no art. 230 do Código Penal Pátrio
- (c) Tício praticou violação do novo tipo penal descrito no art. 231 do Código Penal
- (d) Não, Tício não violou o tipo do art. 231 do Código Penal, visto que o tipo penal não incrimina intermediação ou promoção à prostituição

Direito Trabalhista

27. De acordo com as assertivas abaixo, marque a opção incorreta:

- (a) Dentre as teorias existentes, o direito do trabalho pertenceria ao ramo do direito privado, considerando que os sujeitos do contrato de trabalho, empregado e empregador, são dois particulares e o contrato teria origem na locação de serviços, embora coexistam normas de direito público e privado onde estas últimas prevaleceriam em relação às primeiras - que, apesar de minoritárias, por tratarem-se de normas de ordem pública, impõem às partes contratantes observância obrigatória
- (b) A contribuição assistencial, instituída de modo a custear o sistema confederativo e federativo da organização sindical, é devida independentemente de associação ou filiação a sindicato, sendo correspondente a um dia de trabalho do ano para os empregados, enquanto que para os empregadores seu valor corresponde a uma alíquota estabelecida em lei, de acordo com o capital da empresa
- (c) Distingue-se a suspensão da interrupção do contrato de trabalho na medida em que a primeira envolve a cessação temporária e total da execução e dos efeitos do contrato de trabalho; e a segunda, a cessação temporária e parcial dos efeitos do contrato, sendo que ambas possuem como ponto em comum a cessação da prestação dos serviços pelo empregado
- (d) No salário por unidade de obra, não se leva em consideração o tempo gasto na consecução do serviço, mas sim o próprio serviço realizado, independentemente do tempo despendido pelo obreiro, aproximando-se segundo a doutrina bastante da empreitada, onde se visa a um resultado, constituído normalmente num serviço de natureza preponderantemente manual

28. Apresentada a exceção de incompetência em razão do lugar, o Juiz deverá abrir vista ao exceto por:

- (a) 5 dias, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir
- (b) 8 dias, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência em que ocorrer vaga
- (c) 24 horas improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir
- (d) 5 dias improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência em que ocorrer vaga, observado o intervalo mínimo de 5 dias

29. Quanto ao Procedimento Sumaríssimo, marque a alternativa ERRADA:

- (a) As testemunhas até o máximo de duas para cada parte comparecerão à audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente
- (b) Estão incluídas no procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional

(c) Aberta a sessão, o juiz esclarecerá as partes presentes sobre as vantagens da conciliação e usará os meios adequados de persuasão para a solução conciliatória do litígio, em qualquer fase

(d) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente

30. Marque a alternativa CORRETA: O Agravo de Instrumento, na Reclamação Trabalhista:

(a) É instruído na Vara e depois remetido ao TRT

(b) É o recurso próprio para as decisões interlocutórias, sem efeito suspensivo

(c) Só tem efeito suspensivo na fase de execução

(d) É para os despachos que denegarem seguimento ao recurso

31. Em 10/05/2004, Xerxes Ramos e a Sociedade Oraumaf celebraram um contrato de emprego na modalidade do regime de tempo parcial, sendo a jornada semanal de trabalho fixada em 20 horas. Em 11/01/2005 Xerxes sofreu uma suspensão disciplinar por 10 (dez) dias.

Pergunta-se: Xerxes fará jus a quantos dias de férias?

(a) Nove

(b) Sete

(c) Cinco

(d) Nenhum dia

32. É INCORRETO afirmar:

(a) Para que a terceirização configure fraude à relação de emprego, é necessário caracterizar subordinação entre o empregado e a empresa tomadora dos serviços, bem como os serviços devem estar ligados à sua atividade-fim

(b) É válida a cláusula de acordo coletivo em que o empregador se desobriga de fornecer equipamentos de proteção individual do empregado contra riscos de acidente de trabalho, mediante pagamento de adicional de insalubridade e/ou periculosidade, conforme o caso, superior a 10% (dez por cento) do percentual legal

(c) Dentre os direitos sindicais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, podemos citar: a liberdade de constituição; o direito de proteção especial dos dirigentes eleitos dos trabalhadores; o direito de independência e autonomia

(d) As normas de Segurança e Medicina do Trabalho são de ordem pública e, portanto, são indisponíveis e irrenunciáveis

33. Determinada senhora foi admitida há cinco anos como cozinheira para trabalhar em escritório de advocacia constituído como pessoa jurídica, de 2ª a 5ª feira. Suas funções consistiam em cuidar da cozinha e da copa da casa em que funcionava o escritório, fazer compras e servir refeições para os advogados e estagiários. A vinculação existente entre a tal senhora e o tomador de serviços era de:

(a) Contrato de trabalho, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho

(b) Trabalho doméstico, nos termos da Lei nº 5.859, de 11/12/1972

(c) Trabalho autônomo, porque não era cumprida a semana integral, de 2ª a 6ª feira, equiparando-se à situação ao trabalho da empregada diarista

(d) Contrato de prestação de serviços, não regulado pela legislação do trabalho

34. Contra os menores de 18 anos :

(a) A prescrição é de dois anos

(b) Inexiste prescrição

(c) A prescrição é quinquenal

(d) A prescrição é vintenária

Direito Constitucional

35. Analise cada item a seguir e informe se as alternativas são VERDADEIRAS OU FALSAS:

I) A chamada representação interventiva tem por objetivo garantir a observância dos princípios constitucionais sensíveis;

II) A intervenção é medida excepcional que restringe a autonomia conferida pela Constituição aos Estados, ao DF e aos Municípios;

III) O Superior Tribunal de Justiça é o órgão competente para apreciação do pedido de intervenção fundado em recusa à execução de lei federal;

IV) A União pode intervir nos Municípios localizados em Território Federal;

V) Na hipótese de representação interventiva, a apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa deve se realizar no prazo de vinte e quatro horas.

(a) V; V; F; F; V

(b) V; V; V; V; F

(c) V; V; F; V; F

(d) F; V; F; V; F

36. Assinale a opção INCORRETA:

(a) A Constituição da República de 1988 erigiu a defesa do consumidor como direito fundamental e como princípio da ordem econômica, normas de natureza programática, qualificadora das constituições dirigentes

(b) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida

(c) O devido processo legal configura dupla proteção ao indivíduo, atuando tanto no âmbito material, como instrumento de defesa dos direitos individuais, quanto no âmbito processual, assegurando um regular processo penal, civil e administrativo

(d) A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos o pluralismo político, a separação dos Poderes, a dignidade da pessoa humana e a soberania

37. Examine os itens a seguir e aponte a alternativa CORRETA:

I) As leis complementares são de iniciativa exclusiva do Senado Federal;

II) A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República terão início na Câmara dos Deputados;

III) O processo legislativo federal e estadual está sujeito ao sistema bicameral, ao contrário do processo legislativo municipal, que é unicameral;

IV) A sanção é ato exclusivo do Presidente, ao contrário da promulgação, que pode ser realizada por outras autoridades.

V) O Presidente poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de relevante interesse público e segurança nacional.

- (a) Somente os itens II e IV são verdadeiros
- (b) Somente o item I é falso
- (c) Todos os itens são falsos
- (d) Somente os itens I, IV e V são verdadeiros

38. Acerca das medidas provisórias, assinale a opção CORRETA:

- (a) Sob nenhuma circunstância poderão ser reeditadas se tiverem sido rejeitadas expressamente pelo Congresso Nacional
- (b) É possível sua conversão em lei ordinária por decurso de prazo
- (c) Não admitem sanção ou veto, tampouco emendas parlamentares de mérito
- (d) Podem ser utilizadas para concessão de crédito extraordinário como, por exemplo, para atender despesas decorrentes de calamidade pública

39. No que tange ao controle abstrato de constitucionalidade, assinale a única opção CORRETA:

- (a) No sistema brasileiro existem várias modalidades de controle abstrato de constitucionalidade, dentre as quais podemos destacar a ação declaratória de inconstitucionalidade, a ação declaratória de constitucionalidade e a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, entre outras
- (b) No Brasil, o controle preventivo abstrato de constitucionalidade sempre será exercido por um órgão judicial, não comportando nenhuma exceção tal regra
- (c) Conforme atesta a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a declaração de inconstitucionalidade abstrata sempre deverá contar com, pelo menos, dois terços dos votos daquele Tribunal
- (d) A evolução jurisprudencial tem demonstrado claramente a tendência irreversível de flexibilização da Constituição brasileira e a conseqüente extinção do sistema abstrato de constitucionalidade

40. O poder reformador constitucional possui limitações de vários matizes. Assinale a única opção que não traduz uma dessas limitações:

- (a) A impossibilidade de um cidadão ser signatário de um projeto de emenda à Constituição
- (b) O quorum qualificado de dois terços para aprovação de projetos de emenda à Constituição
- (c) A proibição de apresentação de projetos de emenda à Constituição durante a vigência de estado de sítio
- (d) A necessidade de tramitação bicameral de todos os projetos de emenda à Constituição

41. Marque a alternativa CORRETA:

- (a) O STF pode editar súmulas vinculantes, que não poderão ser modificadas futuramente
- (b) Todas as súmulas do STF têm, automaticamente, caráter vinculante, em função da EC n.º 45/2004
- (c) As antigas súmulas do STF somente terão eficácia vinculante se forem confirmadas por um determinado número de votos dos Ministros daquela Corte para esse fim específico
- (d) O efeito vinculante de pronunciamentos do STF é uma novidade trazida ao sistema processual brasileiro com a EC n.º 45/2004

42. O Conselho Nacional de Justiça:

- (a) Constitui-se exclusivamente de magistrados, para que não haja questionamentos quanto à inconstitucionalidade de sua criação frente ao princípio da separação de Poderes
- (b) É órgão de controle externo do Poder Judiciário
- (c) Exerce função jurisdicional, por ser integrante da estrutura do Poder Judiciário

(d) Não exerce função jurisdicional, apesar de pertencer à estrutura do Poder Judiciário

Direito Comercial

43. O Conselho de Administração, como órgão das Sociedades Anônimas, é obrigatório:

- (a) Nas companhias abertas, nas sociedades de capital autorizado e nas sociedades empresárias
- (b) Nos grupos de sociedades, nas companhias fechadas e nas sociedades de capital autorizado
- (c) Nas sociedades de economia mista, nos grupos de sociedades e nas companhias abertas
- (d) Nas sociedades de capital autorizado, nas companhias abertas e nas sociedades de economia mista

44. Quanto aos tipos societários existentes, é CORRETO afirmar:

- (a) Na sociedade cooperativa, o capital social pode variar, mas a responsabilidade do sócio é sempre limitada ao valor da soma das cotas por ele detidas
- (b) Diz-se meramente coligada ou filiada a sociedade de cujo capital outra sociedade participa com menos de 10% (dez por cento) do capital com direito de voto da outra
- (c) O Código Civil de 2002 prevê que o administrador da sociedade limitada pode ser nomeado no contrato social ou por ato separado. No entanto, somente o sócio pode ser nomeado administrador no contrato social da sociedade limitada
- (d) Enquanto o ato de incorporação declara a extinção da sociedade incorporada, a fusão determina a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações

45. Consideram-se ações em circulação no mercado:

- (a) Todas as ações da companhia aberta
- (b) Todas as ações ordinárias e preferenciais
- (c) Todas as ações da companhia aberta, com exceção das de propriedade do acionista controlador, de diretores e conselheiros e das em tesouraria
- (d) Todas as ações ordinárias e preferenciais, com exceção das destinadas à formação de reserva de capital

46. Em relação ao aceite nas letras de câmbio, é INCORRETO afirmar:

- (a) A letra pode ser apresentada até o vencimento pelo portador ou até por um simples detentor
- (b) É vedado ao sacado riscar o aceite já dado, mesmo antes da restituição da letra
- (c) O sacador pode determinar que a apresentação ao aceite não poderá efetuar-se antes de determinada data
- (d) O sacado pode limitar o aceite a uma parte da importância sacada

47. Marque a alternativa CORRETA:

- (a) Na fusão é vedado aos sócios votar o laudo de avaliação do patrimônio da sociedade de que façam parte
- (b) Na fusão uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações
- (c) Na fusão apenas os credores de dívidas líquidas e certas poderão promover judicialmente a anulação desta
- (d) Na fusão não há a extinção das sociedades que se unem, permanecendo estas com suas personalidades jurídicas independentes

48. Assinale a afirmativa CORRETA:

- (a) Pode exercer a atividade empresarial a pessoa que estiver em pleno gozo da capacidade civil e não for legalmente impedida. A pessoa legalmente impedida, caso a exerça, não responderá pelas obrigações contraídas, pois tais atos serão considerados nulos

- (b) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade
- (c) O empresário casado em regime de comunhão de bens precisa de outorga conjugal para alienar os imóveis que integrem o patrimônio de sua empresa
- (d) Para que seja considerada nacional, além de a sociedade ter sócios brasileiros, deve ter sede no país

49. O protesto cambial é imprescindível para:

- (a) A execução do cheque contra o emitente
- (b) Interromper a prescrição da execução de qualquer título de crédito
- (c) O ajuizamento do pedido de falência, fundado em título de crédito
- (d) A ação de cobrança pelo procedimento comum, se estiver prescrita a ação cambial

Direito Administrativo

50. O ato administrativo nulo, enquanto não for decretado inválido, pode ser executado em razão:

- (a) Da necessidade de assegurar direitos de terceiros
- (b) Do atributo da imperatividade
- (c) De autorização hierárquica superior
- (d) Da presunção de legitimidade

51. Nos atos administrativos que afetam o interesse individual do administrado, a motivação mostra-se:

- (a) Desnecessária
- (b) Facultativa
- (c) Obrigatória
- (d) Depende da natureza do ato administrativo

52. Assinale a opção CORRETA:

- (a) A autarquia possui personalidade jurídica, se sujeita ao regime de direito público, não tem autonomia, há bens que compõem seu patrimônio; extinguindo-se a autarquia, seus bens são reincorporados ao ativo da entidade estatal que a criou; expressa a gestão descentralizada; os privilégios fiscais não lhes são transmitidos, mas os privilégios processuais, sim
- (b) A criação de uma autarquia somente poderá ocorrer por lei, sendo o projeto de lei de iniciativa privativa do Legislativo
- (c) Não há subordinação hierárquica da autarquia para com o ente político que a criou
- (d) A autarquia é entidade da Administração Indireta criada para atender a uma finalidade social, com objetivo não-lucrativo, patrimônio próprio e dotada de personalidade jurídica de direito privado

53. A ocupação temporária:

- (a) Será sempre gratuita
- (b) É auto-executória
- (c) Seu pressuposto é haver situação de perigo público iminente
- (d) Tem natureza de direito real

54. Sobre os bens públicos:

(I) iniciado o procedimento discriminatório, torna-se vedada a exploração da área pelo proprietário;

(II) os bens imóveis da União não são sujeitos a usucapião;

(III) os bens da União são prescritíveis.

- (a) As afirmativas I, II e III estão corretas
- (b) As afirmativas I e II estão corretas
- (c) Somente a alternativa I é correta
- (d) Somente a afirmativa II é correta

55. O recurso hierárquico próprio:

- (a) Admite a reformatio in pejus
- (b) Tem apenas efeito devolutivo
- (c) Tem sempre efeito suspensivo
- (d) Pode, suprimindo instância, ser dirigido à autoridade de maior hierarquia da Administração

56. Compete ao Tribunal de Contas da União:

- (a) Julgar as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre execução dos planos de governo
- (b) Julgar os responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos na Administração federal, direta e indireta, por crimes contra o erário público
- (c) Assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade susstando a execução do ato ou contrato administrativo, se não atendido no prazo legal, ad referendum do Congresso Nacional
- (d) Emitir parecer prévio sobre as contas prestadas pelo Presidente da República, cabendo ao Congresso Nacional aprová-las ou rejeitá-las mediante decreto legislativo

Direito Tributário

57. Relativamente à competência tributária, assinale a alternativa INCORRETA:

- (a) A União Federal tem competência para instituir impostos extraordinários em caso de guerra
- (b) Os Municípios têm competência para instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana
- (c) Os Municípios não têm competência para instituir contribuições previdenciárias, pois esta competência é exclusiva da União Federal
- (d) As taxas e as contribuições de melhoria são consideradas, pela doutrina, tributos de competência comum

58. "Do princípio da legalidade" tributária decorre a inconstitucionalidade:

- (a) Da lei que confere tratamento diferenciado a contribuintes que se encontrem em situações equivalentes
- (b) Do decreto que determina majoração do imposto
- (c) Da lei que institui imposto sobre templos de qualquer culto
- (d) Da lei que institui imposto com efeito de confisco

59. A retroatividade da lei, no Direito Tributário:

- (a) É impossível
- (b) É admitida somente quanto a leis meramente interpretativas
- (c) É admitida quanto a leis meramente interpretativas e relativamente a leis que reduzam penalidades ou deixem de definir determinados atos

como infração tributária

(d) Nenhuma das alternativas acima

60. Relativamente a empréstimos compulsórios, pode-se afirmar, exceto:

(a) A competência para sua instituição é exclusiva da União Federal

(b) Podem ser instituídos por Medida Provisória, desde que haja relevância e urgência

(c) São restituíveis

(d) O empréstimo compulsório de caráter emergencial pode ser instituído em caso de guerra externa, excepcionado o princípio da anterioridade

61. Pessoa física, contribuinte do Imposto sobre a Renda, apresenta sua declaração anual de ajuste, entendendo fazer jus à restituição de R\$ 10.000,00. Processada a declaração pela Secretaria da Receita Federal durante quase três anos, é finalmente intimado o contribuinte, por via postal, de que suas deduções foram glosadas, ocasionando a expedição de notificação de lançamento do imposto pela autoridade administrativa, com penalidades e acréscimos legais, por entender o Fisco que as despesas eram indedutíveis, sendo, conseqüentemente, indeferida sua restituição. O contribuinte, dois dias depois de haver recebido a intimação pelo Correio, busca assistência profissional de um advogado. Indique a providência INCORRETA e que não seria tomada pelo advogado:

(a) Aguardar a inscrição do crédito tributário em dívida da União e o ajuizamento da execução para, garantido o Juízo, opor embargos de devedor

(b) Solicitar à autoridade administrativa que calcule o alegado débito do cliente. Em seqüência, propor ação anulatória do ato declarativo da dívida precedida do depósito do montante integral do alegado crédito da Fazenda Pública, com penalidades, acréscimos legais e demais encargos, tal como calculados pela autoridade administrativa, a fim de elidir sua inscrição em Dívida Ativa da União e o ajuizamento da execução fiscal, ficando a exigibilidade do crédito tributário suspensa pelo depósito

(c) Impugnar a exigência representada pela notificação de lançamento, 60 (sessenta) dias depois da data em que tiver sido feita a intimação da exigência ao cliente, isto é, da data de recebimento, pelo cliente, da intimação por via postal

(d) Depois de examinar os fatos e a legislação aplicável, dar parecer escrito ao cliente no sentido de que efetivamente não fazia jus à restituição que pleiteou, sendo, portanto, procedentes a glosa das despesas e o lançamento; informar ao cliente, ainda, que o seu débito poderá ser pago à vista, ou ser parcelado, havendo nessas duas hipóteses possibilidade de redução da multa até o fim do prazo de impugnação

62. É correto afirmar que o Código Tributário Nacional veda a exigência de tributo decorrente do emprego da analogia em função do que determina o princípio da:

(a) Capacidade contributiva

(b) Anterioridade

(c) Legalidade

(d) Irretroatividade

63. Empresa, por ter adquirido o estabelecimento comercial de outra empresa e no mesmo endereço continuado a praticar a mesma atividade desta última, que cessou suas atividades, foi autuada pelo Fisco Estadual para exigência de tributo, acrescido de penalidade, devido por operações ocorridas em período anterior à data da aquisição. Pergunta-se: qual das alternativas está CORRETA?

(a) O tributo e a penalidade são integralmente devidos pela empresa adquirente?

(b) O tributo e a penalidade são integralmente devidos pela empresa alienante do estabelecimento comercial?

(c) O tributo é integralmente devido pela empresa adquirente?

(d) O tributo é integralmente devido pela empresa alienante do estabelecimento comercial?

Direito Internacional

64. Manoel, português, residente no Rio de Janeiro, beneficiado pelo tratado de Reciprocidade de Tratamento Brasil-Portugal, tem sua extradição requerida pela Itália, por delito penal lá praticado. Levando-se em consideração que existe a possibilidade de extradição entre o Brasil e a Itália, pergunta-se:

- (a) Manoel poderá ser extraditado, mesmo tendo cônjuge brasileiro?
- (b) Manoel não poderá ser extraditado para a Itália, em face da lei brasileira?
- (c) Manoel somente poderá ser extraditado por decisão do TRF?
- (d) Manoel poderá ser extraditado por pertencer à CCE?

65. O visto de cortesia é fornecido ao diplomata que vem representar o seu país no Brasil?

- (a) Sim, desde que ele seja cônsul estrangeiro
- (b) Não, esta não é a finalidade do visto
- (c) Não, pois a nossa legislação não reconhece esse tipo de visto
- (d) Sim, desde que a viagem seja por até 10 dias

66. A naturalização no Brasil é de competência:

- (a) Do Supremo Tribunal Federal
- (b) Do Ministério da Justiça
- (c) Da Polícia Federal
- (d) Do Tribunal de Justiça de cada Estado

67. A concessão de exequatur à carta rogatória é de competência:

- (a) Do Supremo Tribunal Federal
- (b) Do Superior Tribunal de Justiça
- (c) Da Justiça Federal - 1ª Instância
- (d) Da Justiça Estadual

68. O estrangeiro, natural de país limítrofe, poderá ser admitido no Brasil, desde que:

- (a) Oriundo de município fronteiriço, portando os documentos regulares
- (b) Se possuir o passaporte verde, com o respectivo visto
- (c) Em qualquer situação o estrangeiro deve ter visto para ingressar no Brasil
- (d) Esteja acompanhado da Polícia Federal

69. Executando-se a modalidade self-executing, quando, exatamente, os tratados internacionais passam a gerar efeitos no ordenamento jurídico brasileiro?

- (a) A partir da publicação do Decreto
- (b) Com a Publicação do Decreto Legislativo
- (c) Com o referendo do Congresso Nacional, os tratados internacionais já adquirem força normativa interna e podem ser aplicados
- (d) Já na assinatura, desde que respeitada a Teoria da Autonomia da Vontade e desde que o tratado não contenha nenhum tipo de vício de vontade

70. O Senador da República terá direito ao passaporte:

(a) Comum

(b) Diplomático

(c) Oficial

(d) Para estrangeiro